A **Controladoria-Geral do Estado do Piauí (CGE/PI)** publicou a **Instrução Normativa n.º 1/2021** que dispõe sobre os procedimentos técnico-operacionais para a realização de **pesquisa de preços** nos processos de contratações, alterações ou prorrogações contratuais para **aquisição de bens e prestação de serviços comuns**. A IN foi publicada na edição de segunda-feira (6/07), no Diário Oficial do Estado.

O normativo é voltado para todo servidor ou equipe de servidores que farão pesquisas de preços de referência no âmbito do Poder Executivo estadual e auditores governamentais, durante análises dos processos.

O auditor governamental Eraldo Ferreira ressalta o objetivo da CGE/PI ao orientar os órgãos para a realização dessa etapa, uma das mais importantes no processo de contratação pública.

Com a edição dessa IN, a CGE buscou um maior alinhamento com as disposições da Instrução Normativa nº 73/2020 do Governo Federal, bem como com as da nova lei de licitações (lei federal nº 14.133/2021). O que se espera é propiciar maior celeridade na tramitação processual, uso mais eficiente dos recursos públicos com a redução de riscos de contratações ou prorrogações contratuais com sobrepreço ou mesmo a realização de certames desertos ou fracassados, retardando ou mesmo impedindo a efetiva execução de políticas públicas”, explicou.

Aplicação

A [**Instrução Normativa n.º 1/2021**](#) substituirá a Portaria n.º 20/2020, voltada, prioritariamente, para as atividades de controle interno.

Os procedimentos definidos na IN são aplicáveis aos processos que envolvam aquisição de bens e prestação de serviços comuns. As contratações que envolvam obras e serviços de engenharia, locação de mão de obra com dedicação exclusiva, locação de imóveis, contratações com recursos oriundos de operação de créditos junto ao BIRD, por exemplo,

seguem regramento próprio.

Confira o que mudou com a IN 1/2021

PRINCIPAIS MUDANÇAS		
PRINCIPAIS MUDANÇAS	PORTARIA 20/2020	IN CGE 01/2021
1 – Destinatários da norma	Voltada para os profissionais vinculados à carreira de Auditoria Governamental.	Voltada para todo servidor ou equipe de servidores que farão pesquisas de preços de referência no âmbito do Poder Executivo Estadual, inclusive profissionais vinculados à carreira de Auditoria Governamental.
2 – Metodologia de pesquisa e procedimentos	Preço de referência individual calculado com base na média ou mediana, dos dois o menor.	Preço de referência individual com base somente na mediana do conjunto de dados pesquisado.
	5 (cinco) preços válidos para composição de cada cesta de preços.	Redução para 3 (três) preços válidos para composição de cada cesta de preços.
3 – Fontes de pesquisa	Não incluía pesquisa em base oficial de notas fiscais eletrônicas	Inclui pesquisa em base oficial de notas fiscais eletrônicas, conforme previsto na nova lei de licitação.
4 – Ordem de prioridade nas contratações similares feitas pela Administração Pública	Definia como prioritária as contratações no âmbito do Poder Executivo dos entes sediados no Estado do Piauí.	Define como prioritária as contratações dos entes sediados no Estado do Piauí, sejam eles de qualquer dos poderes da República.
5 – Critérios para seleção de preços	Não tecia detalhes acerca da pesquisa sites eletrônicos	Tecia detalhes acerca da pesquisa em sites eletrônicos.
	Não haviam regras específicas para aceitabilidade de propostas de preços junto a potenciais fornecedores	Foram definidos procedimentos específicos para coletas de preços junto a potenciais fornecedores, conforme jurisprudência das principais cortes de contas do país.
6 – Regras para formalização de pesquisa no âmbito processual	Não havia	Define regras a serem observadas na formalização das pesquisas de preços.
7 – Regras para justificativa de preços em processos de inexistência ou dispensa de licitação	Não havia	Estão definidas, baseada na nova lei de licitações e jurisprudência das principais cortes de contas do país.